



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

No passado dia 10, a Companhia de Telecomunicações de Macau (CTM) procedeu às suas obras de manutenção diária da rede móvel 3G e, depois disso, voltou a registar-se uma interrupção que durou três horas. Passados quatro dias, também a rede da operadora Hutchison registou uma interrupção de três horas. Este é o sexto e o terceiro incidente, respectivamente, para a CTM e a Hutchison desde 2012. As falhas nos serviços de telecomunicações deixaram de ser casos extraordinários, como ganhar o *mark six*, e passaram já a ser tão frequentes como a “actualização das aplicações”. Essas falhas demonstram que existem graves lacunas nas operações e no controlo desses serviços. As operadoras e o Governo não adoptaram soluções claras, transparentes e viáveis para resolver o problema, e as frequentes interrupções têm sérias repercussões na vida quotidiana da população e no normal funcionamento da cidade.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 26.º - Desenvolvimento da rede - do contrato celebrado entre o Governo e a CTM, sobre a “Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”: *“a CTM obriga-se a ampliar as redes e a introduzir-lhes modificações de forma a satisfazer as necessidades e requisitos dos serviços, dos utilizadores e do aumento do tráfego”*. O n.º 1 do artigo 28.º determina que: *“o delineamento das instalações, o equipamento a utilizar,*



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

bem como os métodos de montagem obedecerão sempre aos melhores preceitos da técnica respectiva”, e o n.º 3 estabelece que: “a CTM obriga-se a actualizar, sempre que necessário, no mais curto prazo possível, os sistemas de comutação e transmissão, o tipo de aparelhos ou quaisquer outros elementos das instalações que, pela sua qualidade, desactualização ou desgaste, afectem a qualidade do serviço prestado”. Assim sendo, os actuais serviços de telecomunicações correspondem às referidas disposições? Em caso afirmativo, porque é que continuam a registar-se frequentes interrupções? Em caso negativo, de que medidas de controlo dispõe o Governo, para que as empresas concessionárias cumpram com as suas responsabilidades?

2. Em 1999, o Governo e a CTM celebraram a “Revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”, e passados dez anos, ou seja, em 2009, a respectiva “Revisão Intercalar”. Durante estes dez anos, a CTM registou aumentos das receitas após impostos, que passaram de 260 para 741 milhões de patacas, mas as multas por incumprimento contrato variam entre 10 e 500 mil patacas, e por rescisão do contrato podem atingir 1 milhão e 500 mil de patacas. Em 2012, a CTM registou um novo recorde de receitas, 4 920 milhões de patacas, e obteve um lucro após impostos de 969 milhões de patacas, no entanto, apenas foi sancionada em 800 mil e 180 mil de patacas pelas avarias ocorridas duas vezes nesse mesmo ano. Assim sendo, o Governo deve rever os termos do actual contrato, a fim de assegurar o mútuo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

cumprimento das obrigações contratuais, e para que as cláusulas contratuais relativas ao incumprimento do contrato produzam os seus efeitos vinculativos e dissuasores. O Governo vai fazer isso?

3. O Governo é a única entidade fiscalizadora dos serviços de telecomunicações. Considerando a tecnicidade do sector em causa e a diversidade do desenvolvimento acelerado das respectivas técnicas e serviços, o Governo dispõe de pessoal qualificado e experiente para o efeito? Em caso afirmativo, pode disponibilizar dados sobre a qualificação do pessoal e os resultados da fiscalização? Após as várias avarias registadas, o Governo apresentou uma série de sugestões à operadora em causa. Qual é o ponto de situação da implementação dessas sugestões? O Governo procedeu a alguma avaliação dos respectivos resultados? Elaborou o respectivo relatório de avaliação? Vai divulgar tudo isto junto do público?

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon

17 de Outubro de 2013